

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

109 – ENFERMEIRO DO TRABALHO
TIPO A

Frase: **Avance com esperança e alcance seus objetivos.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

ENTENDA O QUE MUDA NO CORPO DOS ASTRONAUTAS QUE FICAM MUITO TEMPO NO ESPAÇO

Médicos da Nasa monitoram retorno de astronautas após nove meses em órbita, destacando alterações corporais desde o DNA até a altura durante missões espaciais

Os astronautas Barry Wilmore e Suni Williams estão retornando à Terra após quase nove meses no espaço e em breve vão precisar se readaptar à vida com a gravidade.

Até em seu DNA, os corpos dos astronautas podem sofrer alterações estranhas e às vezes significativas, principalmente durante um voo longo acima da Terra: eles começam a se alongar, frequentemente desenvolvendo uma “altura espacial” e, como os corpos humanos são compostos principalmente de líquidos, a redistribuição de fluidos também pode lhes dar “pernas de galinha” e “cabeça inchada”. Quando retornam, tudo isso começa a se reajustar.

Os médicos manterão tudo isso em mente enquanto os astronautas Barry Wilmore e Suni Williams retornam nesta terça-feira (18) após quase nove meses no espaço. Os médicos da Nasa conversaram com os dois pouco antes de iniciarem sua jornada de volta, e eles disseram que estão “muito bem” em termos de saúde, disse à CNN Joe Dervay, um dos cirurgiões de voo da Nasa.

Os cientistas ainda estão descobrindo os efeitos de longo prazo na saúde ao passar muito tempo no espaço, mas décadas de dados mostram que os astronautas sofrem mudanças físicas, mesmo após um breve período. A maioria dessas mudanças se reverterá pouco depois do retorno à Terra.

“Existe alguma variabilidade individual sobre a rapidez com que se recuperam, mas é bastante impressionante ver como eles viram a página e realmente se adaptam rapidamente”, disse Dervay. “Frequentemente, se você olhar para eles alguns dias depois, você realmente não tem ideia do que eles acabaram de fazer nos últimos meses.”

Sem a atração da Terra, os astronautas podem perder densidade óssea, e seus músculos começam a atrofiar. Eles podem perder controle motor, coordenação e equilíbrio no espaço, desenvolvendo um tipo de enjoo, mostram os estudos.

A falta de gravidade também pode afetar seus sistemas imunológico e cardiovascular, sua visão e seu próprio DNA.

A maioria dos efeitos parece ser de curta duração — apenas alguns problemas de saúde foram encontrados até agora com efeitos duradouros — e os astronautas podem esperar muitos exercícios de reabilitação na Terra para recuperar seus ossos e músculos.

Embora Wilmore e Williams não fossem inicialmente esperados para permanecer na Estação Espacial Internacional por tanto tempo — sua viagem inicial deveria durar apenas oito dias — os líderes da Nasa não acreditam que os dois terão problemas de saúde incomuns por causa disso.

“Não vemos necessidade de nenhuma precaução especial”, disse Dina Contella, gerente adjunta do Programa da Estação Espacial Internacional da Nasa, na sexta-feira (14). “Como qualquer astronauta que retorna, há um período de aclimação, e isso variará por membro da tripulação”.

Sem gravidade para o corpo se movimentar contra e com o corpo exposto à radiação no espaço, a atrofia e a disfunção muscular podem acontecer até com o astronauta mais em forma. A Nasa descobriu que os corpos dos astronautas podem experimentar redução de um terço no tamanho das fibras musculares em menos de duas semanas.

Em um único mês no espaço, um astronauta também pode perder até 1,5% de sua massa óssea — aproximadamente tanto quanto uma mulher na pós-menopausa que não está em tratamento perde em cerca de um ano. Essa perda pode tornar as pessoas vulneráveis a fraturas e levar à osteoporose prematura, mas mais pesquisas são necessárias para saber se a perda óssea persiste muito tempo após o voo espacial.

Para ajudar a mitigar problemas ósseos e musculares, os astronautas seguem uma dieta especial e fazem cerca de 2 horas e meia de exercícios diariamente, em média. Eles podem usar uma esteira ou uma bicicleta ergométrica, mas também têm um Dispositivo Avançado de Exercício Resistivo especial que imita o levantamento de peso na Terra.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/entenda-o-que-muda-no-corpo-dos-astronautas-que- ficam-muito-tempo-no-espaco/>.

Acesso em: 18. mar. 2025.

1. “Eles podem perder controle motor, coordenação e equilíbrio no espaço, desenvolvendo **um tipo de enjoo**, mostram os estudos.”
A expressão destacada indica

- (A) volição.
- (B) obrigação.
- (C) delimitação.
- (D) asseveração.
- (E) arbitrariedade.

2. “A falta de gravidade também pode afetar **seus** sistemas imunológico e cardiovascular, **sua** visão e **seu** próprio DNA.”

O paralelismo sintático, por meio dos pronomes destacados, proporciona ao período em evidência uma coesão do tipo

- (A) referencial elíptica.
- (B) sequencial frástica.
- (C) sequencial parafrástica.
- (D) referencial catafórica.
- (E) referencial por uso de formas lexicais.

3. “[...] aproximadamente tanto quanto uma mulher na **pós-menopausa** [...]”

Da mesma forma que **pós-menopausa**, forma-se, por hifenização, a ortografia oficial do vocábulo destacado em:

- (A) **Manda-chuva** é um indivíduo metido a dar ordens.
- (B) A Rive Droite é uma região que possui muitos **afro-descendentes**.
- (C) Os ameríndios são os povos originários **pré-existent**s da América.
- (D) A **hidro-elétrica** de Belo Monte é a maior usina de energia do Brasil.
- (E) A ideologia **Pan-africanista** surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência.

4. Tendo por base a regência do verbo **dar** no contexto discursivo em evidência a seguir, assinale a alternativa correta.

“[...] a redistribuição de fluidos também pode lhes **dar** ‘pernas de galinha’ e ‘cabeça inchada’ [...]”

- (A) Regência transitiva direta, pois o verbo **dar**, nesse contexto, é complementado por dois objetos diretos subsequentes a ele.
- (B) Regência transitiva direta, uma vez que o verbo **dar** é transitivo e não exige o auxílio de uma preposição para complementá-lo; sendo, dessa forma, o elemento sintático **pernas de galinha** seu objeto direto.
- (C) Regência intransitiva, em que o verbo **dar** possui autonomia sintático-semântica, sendo, portanto, os elementos sintáticos pospostos a ele apenas termos acessórios.
- (D) Regência bitransitiva, em que o pronome oblíquo **lhes** desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo **dar**, e os elementos sintáticos subsequentes ao verbo ressaltado têm função de objeto direto.
- (E) Regência transitiva indireta, porque, sendo o verbo **dar** transitivo, seu complemento é introduzido por um elemento preposicionado (**de**), o qual liga o verbo realçado ao seu objeto indireto, o termo **galinha**.

5. Em analogia à concordância verbal da oração “[...] **há um período de aclimação**”, faz-se também corretamente a concordância do item:

- (A) Existia períodos de aclimação.
- (B) Hão de existir períodos de aclimação.
- (C) Haviam períodos de aclimação.
- (D) Haverão períodos de aclimação.
- (E) Hão de haver períodos de aclimação.

6. “Existe alguma variabilidade individual sobre a rapidez com **que**¹ **se**² recuperam [...]”

A função desempenhada pelas classes de palavras enumeradas anteriormente é

- (A) 1 e 2, de pronomes.
- (B) 1 e 2, de conjunções.
- (C) 1 de conjunção; 2, de pronome.
- (D) 1 de pronome; 2, de conjunção.
- (E) 1 de preposição; 2, de pronome.

7. Os conectivos demarcados, nos excertos I e II, introduzem, respectivamente,

- I. “A Nasa descobriu **que** os corpos dos astronautas podem experimentar redução de um terço no tamanho das fibras musculares em menos de duas semanas.”
- II. “Em um único mês no espaço, um astronauta também pode perder até 1,5% de sua massa óssea – aproximadamente tanto quanto uma mulher na pós-menopausa **que** não está em tratamento perde em cerca de um ano.”

- (A) uma oração subordinada substantiva em I e uma oração subordinada adjetiva em II.
- (B) uma oração subordinada adverbial em I e uma oração subordinada adjetiva em II.
- (C) uma oração subordinada adjetiva em I e uma oração subordinada adverbial em II.
- (D) uma oração subordinada substantiva em I, bem como uma oração subordinada substantiva em II.
- (E) uma oração subordinada adjetiva em I, bem como uma oração subordinada adjetiva em II.

8. Em se tratando da formação das palavras ressaltadas a seguir, é correto o que se afirma em:

- “Quando retornam, tudo isso começa a se **reajustar**.”
 - “Eles podem perder controle motor, **coordenação** e equilíbrio no espaço [...]”
- (A) Em **coordenação** ocorre braquissemia.
 - (B) A palavra **coordenação** é parassintética.
 - (C) **Coordenação** é composta por aglutinação.
 - (D) **Reajustar** é formada por meio de derivação regressiva.
 - (E) **Reajustar** e **coordenação** são formadas por afixos.

9. “[...] mas é bastante impressionante **ver** como eles viram a página [...]”

A estrutura verbal demarcada, empregada na segunda pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, está corretamente estruturada na alternativa:

- (A) véis.
- (B) víeis.
- (C) vedes.
- (D) virdes.
- (E) verieis.

10. A regência do verbo **dizer**, nas duas ocorrências da passagem que segue, é

“Os médicos da Nasa conversaram com os dois pouco antes de iniciarem sua jornada de volta, e eles **disseram**¹ que estão ‘muito bem’ em termos de saúde, **disse**² à CNN Joe Dervay, um dos cirurgiões de voo da Nasa.”

- (A) transitiva direta em 1 e em 2.
- (B) transitiva indireta em 1 e em 2.
- (C) transitiva direta em 1 e bitransitiva em 2.
- (D) transitiva indireta em 1 e bitransitiva em 2.
- (E) transitiva direta em 1 e transitiva indireta em 2.

Raciocínio Lógico Matemático

11. Um estudante observa padrões em uma sequência codificada em um jogo:

1, 4, 3, 8, 5, 12, 7, 16, ...

Determine qual é o décimo termo da sequência.

- (A) 9
- (B) 11
- (C) 15
- (D) 20
- (E) 25

12. Um engenheiro desenha um triângulo ABC para uma estrutura, com o ângulo em A igual a 60° . Os pontos D e E são os pontos médios dos lados BC e AC, respectivamente, e o segmento DE mede 5 metros. Determine qual é o comprimento do lado AB.

- (A) 5 metros.
- (B) 12 metros.
- (C) 10 metros.
- (D) 13 metros.
- (E) 15 metros.

13. Imagine que você é um professor de matemática elaborando um teste para seus alunos. O teste é composto por 5 questões de múltipla escolha, cada uma com 4 alternativas, sendo apenas uma correta. Calcule qual é a probabilidade de um aluno que não estudou, e decide chutar todas as respostas, acertar exatamente 3 questões.

- (A) $45/1028$
- (B) $45/512$
- (C) $45/256$
- (D) $45/128$
- (E) $45/64$

14. Dados os conjuntos $A = \{1,2,3,4\}$, $B = \{2,4,6\}$ e $C = \{1,3,5\}$, determine o conjunto $(A \cap B) \cup (A \cap C)$.

- (A) $\{1,2,3,4,5,6\}$
- (B) $\{5,6\}$
- (C) $\{3,4\}$
- (D) $\{1,2\}$
- (E) $\{1,2,3,4\}$

RASCUNHO

15. Em uma família, três irmãos, Ana, Bruno e Carlos, têm idades cuja soma é 55 anos. Ana tem 5 anos a mais que Bruno, e Carlos tem o dobro da idade de Ana. Determine qual é a idade de Bruno.

- (A) 10 anos.
- (B) 6 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 9 anos.
- (E) 12 anos.

RASCUNHO

Noções de Direitos Humanos

16. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagra garantias essenciais no âmbito penal, assegurando proteção contra arbitrariedades estatais e estabelecendo princípios estruturantes da justiça criminal. Considerando o conteúdo desse documento, identifique a alternativa correta.

- (A) A Declaração Universal prevê que o acusado será considerado culpado até que consiga provar sua inocência, desde que o processo seja conduzido de forma pública.
- (B) O documento reconhece que é possível aplicar penas mais graves que aquelas previstas à época da prática do delito, desde que sejam instituídas posteriormente por lei nacional.
- (C) O texto internacional admite a responsabilização penal por condutas que, à época em que foram praticadas, ainda não configuravam crime, desde que ofendam valores universais da comunidade internacional.
- (D) A Declaração Universal estabelece a presunção de inocência até prova de culpa em julgamento público com garantias de defesa, bem como a vedação da retroatividade da lei penal mais gravosa.
- (E) O dispositivo declara que o julgamento do acusado deve ocorrer de forma sigilosa, a fim de preservar a ordem pública, ainda que sem assegurar todas as garantias de defesa.

17. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, promulgado pelo Brasil, disciplina garantias fundamentais no tratamento de pessoas privadas de liberdade, em consonância com a dignidade da pessoa humana. Considerando o teor desse instrumento, marque o item correto.

- (A) O Pacto assegura que toda pessoa privada de sua liberdade deve ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente ao ser humano, garantindo-se, ainda, que o regime penitenciário tenha por finalidade a reforma e a reabilitação moral dos prisioneiros.
- (B) O pacto prevê que os jovens processados podem ser mantidos em unidades comuns de adultos, desde que recebam acompanhamento psicológico adequado durante a execução da pena.
- (C) O texto prevê que os indivíduos privados de liberdade poderão ser submetidos a tratamento degradante, desde que compatível com a gravidade do delito e com a disciplina carcerária vigente.
- (D) O documento admite que o regime penitenciário tenha como objetivo central apenas a punição e a contenção dos condenados, não sendo obrigatória qualquer finalidade de reabilitação moral.
- (E) A norma estabelece que os jovens processados de crimes devem cumprir pena junto aos adultos, bastando que sejam submetidos a um processo judicial com razoável duração.

18. Os direitos humanos constituem a base normativa para a proteção da dignidade da pessoa humana, representando um dos pilares do constitucionalismo contemporâneo e da ordem internacional. Considerando seu conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) São concessões estatais que variam conforme a vontade política do legislador de cada país, sem caráter universal ou vinculante.
- (B) Correspondem a prerrogativas inerentes a todos os seres humanos, fundadas na dignidade da pessoa humana, universais, inalienáveis, interdependentes e imprescritíveis, devendo ser respeitados e promovidos pelos Estados.
- (C) Consistem em normas exclusivamente internas de cada país, voltadas apenas à regulação de direitos civis e políticos, sem relevância no âmbito internacional.
- (D) Caracterizam-se como benefícios concedidos por tratados internacionais, passíveis de serem retirados caso o Estado denuncie o acordo que os originou.
- (E) Restringem-se a direitos individuais, como vida e liberdade, não abrangendo dimensões sociais, culturais, coletivas ou difusas.

19. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece garantias fundamentais relacionadas ao direito à educação, reconhecendo-o como condição indispensável para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para a efetiva participação em uma sociedade livre. Com base nesse instrumento, marque a opção correta.

- (A) O Pacto admite que a educação primária seja apenas estimulada pelos Estados Partes, mas não impõe a obrigatoriedade de sua gratuidade universal.
- (B) O documento estabelece que a educação de nível superior deve ser assegurada de forma gratuita e obrigatória a todos, independentemente de sua capacidade ou mérito acadêmico.
- (C) O texto prevê que a educação de base poderá ser oferecida apenas de forma complementar à educação primária, sem necessidade de políticas específicas para aqueles que não a concluíram.
- (D) O Pacto limita-se a prever a existência de escolas em nível primário, não exigindo medidas adicionais como bolsas de estudo ou melhorias nas condições do corpo docente.
- (E) O Pacto reconhece que a educação secundária, em suas diferentes formas, inclusive a técnica e profissional, deve ser generalizada e tornar-se progressivamente acessível a todos, principalmente mediante a implementação gradual da gratuidade do ensino.

20. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes devem adotar medidas que garantam a proteção integral da criança em situações que envolvam a relação com seus pais.

A partir da leitura do referido artigo, assinale o item correto.

- (A) As partes interessadas não têm direito de se manifestar nos procedimentos que tratem da eventual separação da criança em relação a seus pais, por se tratar de decisão exclusiva do Estado.
- (B) A separação da criança de seus pais somente poderá ocorrer contra a vontade destes quando for determinada pelas autoridades competentes, sujeita à revisão judicial, e desde que seja necessária ao interesse maior da criança.
- (C) A Convenção permite que o contato regular da criança com os pais seja restringido de modo absoluto sempre que houver separação física, ainda que não exista risco ao seu bem-estar.
- (D) A legislação internacional admite que os pais não sejam informados sobre o paradeiro do filho em hipótese alguma, mesmo quando a criança estiver sob custódia estatal.
- (E) O Estado pode separar a criança dos pais sempre que houver decisão administrativa da autoridade competente, independentemente de revisão judicial.

Noções de Direito Penal

21. A lei penal mais grave pode ser aplicada ao acusado de um crime cuja execução iniciou-se antes da sua vigência somente se

- (A) a nova lei for uma lei excepcional.
- (B) a nova lei tornar mais severa apenas a regra para livramento condicional.
- (C) for um crime de natureza hedionda ou a ele equiparado.
- (D) for considerado um crime de natureza permanente.
- (E) for um crime de natureza habitual.

22. Assinale a alternativa correta sobre o erro de tipo (art. 20, *caput*, do CP).

- (A) O sujeito ignora a presença de um elemento do tipo objetivo, o que afasta o dolo e a culpa no erro de tipo invencível.
- (B) O erro de tipo vencível não exclui o dolo, porque o erro de tipo é sempre compatível com o aspecto cognitivo do dolo.
- (C) O erro de tipo essencial é o conhecimento do agente sobre o elemento do tipo objetivo.
- (D) O objeto do erro de tipo é o tipo subjetivo.
- (E) Ocorre quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado.

23. Sobre os crimes contra a honra, é correto afirmar que:

- (A) Não se pune a calúnia contra os mortos.
- (B) Aquele que sabe falsa a imputação, propala ou divulga a calúnia também incorre na pena.
- (C) A injúria e a difamação admitem a exceção da verdade.
- (D) A exceção da verdade na difamação somente se admite se o ofendido for funcionário público, mesmo que a ofensa não seja relativa ao exercício de suas funções.
- (E) A difamação consiste em imputar falsamente fato definido como crime.

24. Adamastor, ao retornar do baile de carnaval, encontra a amiga de sua irmã, Josefa, com 20 anos de idade, deitada no sofá da sala embriagada. Com o desejo de satisfazer a própria lascívia, sem o consentimento de Josefa, Adamastor passa a beijá-la, momento no qual é interrompido com a chegada de Dirce. Adamastor cometeu o crime de

- (A) estupro de vulnerável, crime de ação penal pública incondicionada.
- (B) crime de estupro tentado.
- (C) estupro, crime de ação penal privada.
- (D) estupro de vulnerável, crime de ação penal pública condicionada a representação.
- (E) importunação sexual, crime de ação penal pública incondicionada.

25. Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

- (A) O crime de furto consiste em apropriar-se funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
- (B) Condescendência criminosa é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- (C) Prevaricação é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) Peculato é exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (E) Corrupção ativa é solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Noções de Direito Constitucional

26. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004 com a finalidade de exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, possui competência para:

- (A) rever decisões judiciais transitadas em julgado quando verificar indícios de inconstitucionalidade.
- (B) aplicar penalidades administrativas a magistrados em casos de conduta irregular.
- (C) zelar pela autonomia do Poder Judiciário e do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência.
- (D) interferir diretamente na atividade jurisdicional dos magistrados, determinando a modificação de sentenças.
- (E) nomear juízes e desembargadores para os tribunais superiores em casos de vacância.

27. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, estabelece princípios fundamentais para a proteção de menores. De acordo com esse tratado internacional, um princípio essencial aplicável no tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei é:

- (A) o interesse superior da criança deve nortear as ações voltadas para os menores que sejam realizadas por instituições públicas ou privadas de assistência social.
- (B) a obrigatoriedade de reclusão do menor infrator independentemente das circunstâncias do caso.
- (C) a prevalência do direito dos pais sobre o interesse superior da criança ou adolescente.
- (D) a possibilidade de trabalho infantil a partir dos 12 anos de idade em qualquer situação.
- (E) a revogação automática de medidas socioeducativas para menores reincidentes.

28. No que se refere aos direitos fundamentais, a Constituição de 1988 estabelece garantias que impactam diretamente na proteção de adolescentes em conflito com a lei. Um dos direitos fundamentais previstos é:

- (A) a possibilidade de punição coletiva para menores de idade em casos de reincidência grave.
- (B) a presunção de culpabilidade até que se prove o contrário.
- (C) a proibição de penas cruéis e o respeito à dignidade da pessoa humana.
- (D) a detenção automática de qualquer adolescente suspeito de crime, sem necessidade de justificativa.
- (E) a privação total de liberdade de adolescentes infratores sem qualquer possibilidade de reinserção social.

29. Um servidor público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, durante o expediente, recebeu um pedido de seu primo para acessar um processo administrativo sigiloso, alegando que precisava dessas informações para um trabalho acadêmico. Ciente de que o seu primo não tem qualquer vínculo com o processo, fica em dúvida sobre a conduta adequada a adotar. Nos termos do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583/2012), o servidor deve:

- (A) atender ao pedido de seu primo, pois a informação não será utilizada para fins comerciais.
- (B) liberar o acesso somente se o primo assinar um termo de confidencialidade.
- (C) consultar seu superior hierárquico e, caso autorizado com justificativa legal, conceder o acesso apenas a informações não sigilosas.
- (D) negar o acesso, pois o sigilo da informação deve ser preservado, salvo nos casos previstos em lei.
- (E) conceder o acesso parcialmente, ocultando dados sensíveis, para atender ao pedido sem comprometer totalmente a confidencialidade.

30. Vera, assistente social de um centro de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, recebe uma denúncia sobre um adolescente de 15 anos que está trabalhando como caixa em uma lanchonete durante a noite. Ao analisar o caso, Vera busca orientação sobre os direitos da criança e do adolescente conforme a Constituição Federal de 1988. Com base nos direitos sociais previstos na Constituição e na legislação pertinente, Vera conclui corretamente que:

- (A) o adolescente pode exercer qualquer atividade profissional a partir dos 14 anos, desde que com autorização dos pais.
- (B) o trabalho noturno para adolescentes é permitido apenas se não comprometer o desempenho escolar.
- (C) a Constituição permite o trabalho de adolescentes a partir dos 12 anos, desde que em atividades informais.
- (D) o adolescente pode trabalhar sem restrições a partir dos 16 anos, independentemente da natureza da atividade.
- (E) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre é proibido para menores de 18 anos, sendo permitido o trabalho diurno, a partir dos 14 anos, apenas na condição de aprendiz.

Noções de Direito Administrativo

31. Sobre os servidores públicos em sentido estrito, é correto afirmar que:

- (A) são regidos pela CLT.
- (B) têm direito ao FGTS.
- (C) tomam posse em cargo público.
- (D) têm estabilidade desde a posse.
- (E) não têm mais direito à estabilidade devido à reforma administrativa.

32. De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), especificamente na Regra 7, no momento da admissão da pessoa, é correto afirmar que não deve ser adicionado ao sistema de registro do recluso:

- (A) prontuário médico indicando eventuais doenças contagiosas e hemograma completo.
- (B) os motivos da detenção e a autoridade competente que a ordenou, além da data, horário e local de prisão.
- (C) a data e o horário da sua entrada e saída, bem como de qualquer transferência.
- (D) o nome dos seus familiares e, quando aplicável, dos seus filhos, incluindo a idade, o local de residência e sua custódia ou tutela.
- (E) contato de emergência e informações acerca do parente mais próximo.

33. Integram a Administração Pública Direta:

- (A) Autarquias, União, Estados, Municípios e empresas públicas.
- (B) Sociedades de economia mista, agências reguladoras e autarquias.
- (C) Empresas públicas, sociedades de economia mista, Municípios, União e Estados.
- (D) Estados, Municípios, União, Distrito Federal.
- (E) Autarquias, União, Estados, Municípios, Distrito Federal e sociedades de economia mista.

34. O freio de um veículo do DEGASE falha devido a um defeito mecânico causado por omissão na manutenção periódica realizada por uma empresa terceirizada, provocando um acidente que culmina na amputação da perna de um adolescente infrator que estava sendo conduzido para um exame médico. Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) não há responsabilidade civil do Estado do Rio de Janeiro uma vez que o defeito no freio do veículo foi causado por terceiro.
- (B) há responsabilidade civil do Estado do Rio de Janeiro por força do art. 37§6º da Constituição da República que estabelece a responsabilidade objetiva em situações como a descrita no enunciado.
- (C) há responsabilidade civil do Estado do Rio de Janeiro somente se for demonstrada a culpa de algum de seus agentes.
- (D) há responsabilidade civil apenas da empresa responsável pela manutenção do veículo.
- (E) há responsabilidade civil objetiva do agente que conduzia o veículo.

35. De acordo com o art. 8º, §1º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Decreto-Lei n.º 220/1975, podemos afirmar que não é requisito essencial para a investidura em cargo de provimento efetivo:

- (A) habilitação em exame de sanidade e capacidade física realizada exclusivamente por órgão oficial do Estado.
- (B) habilitação em concurso público.
- (C) prestação de fiança, quando a natureza da função o exigir.
- (D) inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- (E) certidão de regularidade com as obrigações eleitorais.

Noções de Direito Civil

36. De acordo com o art. 1.583 do Código Civil, a guarda dos filhos será unilateral ou compartilhada. A guarda unilateral será atribuída a apenas um dos genitores, já a guarda compartilhada será atribuída a ambos os genitores. Gustavo é o filho de 10 anos de Janaína e Otávio. Em 2024, Janaína e Otávio terminaram seu matrimônio e, buscando atender o melhor interesse do menor, o Poder Judiciário conferiu à mãe Janaína a guarda unilateral de Gustavo. No presente caso, a guarda compartilhada não era possível, mas isso não exime o pai Otávio de direitos e deveres com seu filho. Assinale a opção correta que traz em seu bojo uma obrigação que cessa para o genitor em razão do Poder Judiciário ter conferido à Janaína a guarda unilateral de Gustavo.

- (A) Pagar pensão alimentícia.
- (B) Tratar o filho com educação e respeito.
- (C) Supervisionar as decisões de Janaína em relação a Gustavo e pedir informações em assuntos relacionados ao menor.
- (D) Decidir sobre as questões cotidianas do filho, como alimentação, saúde, lazer e educação.
- (E) Tratar a mãe de Gustavo com urbanidade.

37. A igualdade entre os cônjuges é um princípio que reconhece que os homens e as mulheres possuem os mesmos direitos e obrigações no casamento. Assinale a opção que exprime um desdobramento do princípio da igualdade entre os cônjuges.

- (A) Exercício das decisões sobre os filhos de maneira igualitária pelos cônjuges.
- (B) Prevalência das decisões do genitor em relação à criação dos filhos do casal.
- (C) Prevalência das decisões da genitora em relação à criação dos filhos do casal.
- (D) Ausência de isonomia entre os cônjuges.
- (E) O poder de dominação da família deverá ser feito pelo pai.

38. Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

- (A) Princípio da liberdade de associação.
- (B) Princípio da igualdade entre os filhos.
- (C) Princípio da liberdade de iniciativa.
- (D) Princípio da autonomia patrimonial.
- (E) Princípio da função social.

39. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. Somado a isso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que “[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. A esse respeito, assinale a opção que traz um princípio consagrado no ECA.

- (A) Princípio da supremacia da ordem pública.
- (B) Princípio da superioridade dos direitos do idoso em relação aos da criança.
- (C) Princípio da proteção integral.
- (D) Princípio da capacidade contributiva.
- (E) Princípio da não cumulatividade.

40. No Brasil, a Lei nº 12.318/2010 (“Lei da Alienação Parental”) reconhece a alienação parental como uma prática abusiva e estabelece medidas para sua prevenção e punição. Diversas pesquisas indicam que a alienação parental pode acarretar consequências graves para crianças e adolescentes, como problemas emocionais, comportamentais e impactos negativos em seu desenvolvimento. Com base nesse contexto, assinale a alternativa incorreta, que não define ou conceitua o instituto da alienação parental.

- (A) Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um de seus genitores, para que o menor de idade repudie o outro genitor, causando prejuízo à manutenção do vínculo da criança com este último.
- (B) A alienação parental pode ser induzida não apenas por um dos genitores, mas também pelos avós ou aqueles que tenham a criança ou o adolescente sob sua autoridade.
- (C) A oposição de dificuldades por um genitor para permitir que a criança ou o adolescente visitem ou vejam o outro genitor, pode ser um sinal de alienação parental.
- (D) As críticas constantes de um genitor ao outro genitor na presença da criança ou do adolescente podem ser um sinal de alienação parental.
- (E) Um tio que possui a guarda do menor de idade, e cria falsas acusações sobre o genitor desse menor, criando inclusive, empecilhos para que ele veja seu genitor, não pratica um ato de alienação parental.

Leis Especiais

41. De acordo com a Convenção Sobre Direitos das Crianças, ratificada pelo Brasil e promulgada através do Decreto nº 99.710, de 10/11/1990, é correto afirmar que:

- (A) não será imposta pena de morte, salvo em caso de guerra declarada pelo Presidente, nos termos da Constituição da República.
- (B) os adolescentes privados de sua liberdade devem sempre permanecer em ambiente separado dos adultos.
- (C) a detenção ou reclusão de um adolescente deve ser realizada em menor tempo possível.
- (D) ao adolescente privado de sua liberdade será sempre assegurado o direito de manter contato com suas famílias por meio de correspondência ou visitas.
- (E) a assistência jurídica será assegurada ao adolescente privado de sua liberdade em até 05 (cinco) dias do ato construtivo.

42. Caio, 18 anos recém completados, cumpre há um ano medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Intensivo Baixada (CAI – Baixada), em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio, tipificado no artigo 121, § 2º-A, I, do Código Penal. Durante o cumprimento da medida, em rebelião na unidade, Caio, em união de ações e desígnios com outros dois internos, mata um interno e um agente, sem, contudo, lograr êxito em fugir. Sobre a hipótese, indique a opção correta.

- (A) A medida socioeducativa de internação terá prosseguimento, sem prejuízo do encaminhamento de Caio à Delegacia de Polícia, em razão da prática dos crimes no interior da unidade.
- (B) A medida de internação deve ser extinta, já que Caio completou 18 anos e cometeu graves crimes contra a pessoa, sendo penalmente imputável, devendo haver a conversão da medida socioeducativa em prisão em flagrante pela Autoridade Policial.
- (C) Caio deverá ser encaminhado para o Conselho Tutelar providenciar a lavratura de procedimento específico, assegurada a ampla defesa, mantendo-se, contudo, a internação.
- (D) Deverá ser lavrado auto de prisão em flagrante, com encaminhamento de Caio ao sistema prisional, competindo ao Juízo de Direito da Infância e da Juventude declarar a extinção da medida socioeducativa.
- (E) O Diretor do CAI – Baixada deverá instaurar procedimento interno para investigar os fatos praticados, assegurando-se a Caio o direito de entrevistar-se com advogado ou defensor público.

43. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece o seguinte em relação à internação do adolescente em conflito com a lei:

- (A) Trata-se de uma medida socioeducativa cujo prazo máximo de cumprimento deve ser de 02 (dois) anos.
- (B) Trata-se de uma medida socioeducativa que deve ser cumprida até que o infrator atinja 18 (dezoito) anos de idade.
- (C) Trata-se de uma medida socioeducativa que pode ser imposta pelo Ministério Público ao adolescente que cometer ato infracional contra a vida e a integridade física de outrem ou de natureza sexual, sempre precedida de ampla defesa.
- (D) Trata-se de medida socioeducativa que importa a privação de liberdade do infrator, sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade.
- (E) Trata-se de medida socioeducativa de privação de liberdade imposta a menor entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade que pratique conduta descrita como crime ou contravenção penal.

44. É correto falar, em relação à liberdade assistida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o seguinte:

- (A) Trata-se de medida socioeducativa que objetiva o acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei, podendo ser imposta pelo Conselho Tutelar em procedimento que se garanta ampla defesa.
- (B) Deverá ser fixada no prazo mínimo de 06 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo-se o Ministério Público.
- (C) Deve ter duração máxima até que o adolescente infrator atinja a maioridade civil.
- (D) Incumbe ao orientador, com apoio e supervisão da autoridade competente, promover socialmente o adolescente e sua família, aplicando-se prestação de serviços à comunidade, se a hipótese indicar essa medida, objetivando o bem-estar do menor.
- (E) Deve ser aplicada se a medida socioeducativa em meio fechado for desaconselhada por laudo técnico.

45. São princípios norteadores da Central de Vagas no sistema estadual fluminense de atendimento socioeducativo:

- (A) a dignidade da pessoa humana e a indelegabilidade.
- (B) a convivência familiar e a improrrogabilidade.
- (C) a convivência comunitária e a culpabilidade.
- (D) a prioridade absoluta da criança e do adolescente e a aderência.
- (E) a temporalidade e a excepcionalidade da medida socioeducativa.

46. Assinale a opção correta em relação ao cumprimento das medidas socioeducativas.

- (A) As adolescentes privadas de liberdade poderão ser acompanhadas facultativamente por agentes socioeducativas mulheres, na custódia, nos alojamentos, na permanência em refeitórios e em quaisquer atividades, assim como no deslocamento interno para atividades e atendimentos técnicos.
- (B) Caso a taxa de ocupação da unidade de internação esteja superior à capacidade projetada, o Diretor da Instituição poderá cautelarmente conceder ao interno a possibilidade de cumprir a medida de internação domiciliar, ouvido o Ministério Público, submetendo tal decisão imediatamente ao Juízo de Direito competente para reavaliação, segundo decidido pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) A medida de internação domiciliar deve ser utilizada em casos de superlotação de unidades, podendo ser cumulada com a imposição de medidas protetivas ou acompanhada da advertência ao adolescente infrator.
- (D) Poderão ser instituídas unidades de internação mistas, que se destinem a ambos os sexos, devendo ser garantida a separação física e visual de acessos, bem como a distinção entre o corpo diretivo e equipe funcional das unidades.
- (E) A ordem verbal do Juiz de Direito é suficiente em determinados casos para o ingresso do adolescente em conflito com a lei em unidade de execução de medida.

47. De acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de Riad), de 1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado deve estabelecer em sua legislação interna a previsão máxima de internação do jovem transgressor em 02 (dois) anos.
- (B) O Estado deve prever que à prática de determinado fato não considerado infração penal na legislação, somente seja imposta medida socioeducativa que não importe privação de liberdade do jovem.
- (C) A colocação dos jovens em instituições, em cumprimento a medidas que importem privação ou limitação da liberdade, deve ser uma medida de último recurso que deve durar até que seja completada a maioria penal prevista pelo Estado.
- (D) Ao assegurar o direito da criança a uma socialização correta, os Governos e outras entidades devem confiar nas entidades sociais e jurídicas existentes, mas, quando as instituições e costumes tradicionais já não são eficazes, devem também estabelecer e autorizar medidas inovadoras.
- (E) Os Governos devem permitir e fiscalizar a educação domiciliar (*homeschooling*) das crianças e adolescentes.

48. O Juízo de Direito de plantão na Capital do Estado do Rio de Janeiro, acolhendo requerimento do Ministério Público, determina a internação provisória do adolescente Tício, de 17 anos, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de feminicídio. Nesse contexto, assinale o documento prescindível para a instrução da guia de internação provisória do menor.

- (A) Cópia da identidade do adolescente, emitida há menos de 10 anos.
- (B) Cópia da representação oferecida pelo Ministério Público.
- (C) Cópia da certidão de antecedentes infracionais do adolescente.
- (D) Cópia da sentença transitada em julgado que aplicou medida socioeducativa ao adolescente.
- (E) Cópia da decisão que determinou a internação provisória do adolescente.

49. Segundo as Regras da Organização das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing), de 29 de novembro de 1985, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade penal para jovens não deve ter início em idade precoce, devendo ser levado em consideração pelo Estado as circunstâncias que acompanham a maturidade emocional, mental e intelectual do menor.
- (B) a responsabilização penal não poderá ser estabelecida pelo Estado em idade inferior a 14 anos.
- (C) a idade de 21 anos é considerada a adequada para a responsabilização penal.
- (D) a responsabilidade penal poderá ser estabelecida, em determinados casos, de acordo com o gênero do infrator, em respeito às condições sociais e religiosas.
- (E) o alcance dos princípios contidos nas Regras de Beijing não deve ser estendido a todos os jovens compreendidos nos procedimentos relativos à atenção à criança e ao adolescente e a seu bem-estar.

50. São critérios para a análise do requerimento de vagas no serviço de gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória do Sistema Estadual Fluminense de Atendimento Socioeducativo:

- (A) a disponibilidade de vagas e a orientação religiosa do infrator e de sua família.
- (B) o local da prática do ato infracional e a proximidade da residência da vítima.
- (C) a proximidade familiar e a orientação sexual do infrator.
- (D) os antecedentes infracionais e a disponibilidade de ensino ao infrator, de acordo com seu grau de instrução.
- (E) a gravidade do ato infracional praticado e a separação entre vagas femininas e masculinas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a principal responsabilidade do enfermeiro do trabalho no ambiente corporativo, levando em consideração seu papel fundamental na promoção da saúde e segurança dos trabalhadores.

- (A) Gerenciar exclusivamente a folha de pagamento dos funcionários da empresa, sem se envolver diretamente nas questões de saúde.
- (B) Supervisionar apenas os processos administrativos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), sem responsabilidade nas ações de saúde ocupacional.
- (C) Realizar atendimentos de emergência e primeiros socorros, mas não interagir com programas preventivos ou educativos sobre saúde.
- (D) Elaborar documentos jurídicos relacionados a ações trabalhistas, sem vínculo com as práticas de saúde do trabalhador.
- (E) Coordenar campanhas de vacinação, implementar programas de promoção da saúde e realizar vigilância epidemiológica no ambiente de trabalho, visando a prevenção de doenças ocupacionais.

52. Assinale a alternativa que contenha as principais funções do enfermeiro do trabalho conforme a Lei nº 7.498/86, que regulamenta o exercício da enfermagem no Brasil, especialmente no contexto de saúde ocupacional.

- (A) Prescrever tratamentos médicos e realizar pequenas cirurgias dentro do ambiente corporativo.
- (B) Planejar, coordenar, organizar e avaliar programas de saúde ocupacional, focando na prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e na promoção do bem-estar dos trabalhadores.
- (C) Controlar o ponto de presença dos trabalhadores e supervisionar apenas os processos administrativos internos, sem envolvimento com as questões de saúde.
- (D) Atuar exclusivamente como enfermeiro clínico, sem a necessidade de se envolver nas questões relacionadas ao trabalho e segurança ocupacional.
- (E) Aplicar sanções disciplinares a trabalhadores que não cumpram as normas de segurança do trabalho, sem necessidade de avaliação médica.

53. Tendo por base a Constituição Federal de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), identifique a alternativa que melhor expressa um dos direitos constitucionais relacionados à saúde do trabalhador, considerando o contexto da proteção à saúde no ambiente de trabalho.

- (A) A saúde do trabalhador é responsabilidade exclusiva do empregador, não sendo necessário o envolvimento do Estado ou de órgãos públicos.
- (B) A CLT estabelece que apenas os trabalhadores do setor público possuem direitos à proteção da saúde ocupacional.
- (C) A Constituição Federal não prevê nenhuma ação para a implementação de programas de saúde ocupacional em empresas privadas.
- (D) O trabalhador deverá arcar com os custos de tratamento de doenças adquiridas no ambiente de trabalho, sem respaldo do Estado ou do empregador.
- (E) A Constituição garante o direito à saúde dos trabalhadores como parte do princípio da dignidade da pessoa humana, com a redução dos riscos no ambiente de trabalho, sendo responsabilidade compartilhada entre empregador e Estado.

54. Assinale a alternativa que identifica corretamente um princípio essencial para a administração eficaz dos serviços de enfermagem do trabalho, levando em consideração os aspectos relacionados ao planejamento e à organização das ações de saúde ocupacional.

- (A) A administração dos serviços de enfermagem no contexto ocupacional deve ser baseada exclusivamente na hierarquia rígida, sem necessidade de adaptação ou flexibilidade para atender às necessidades da equipe de trabalho.
- (B) A supervisão de enfermagem no trabalho não é essencial, pois os enfermeiros do trabalho atuam de forma independente, sem necessidade de monitoramento contínuo das ações.
- (C) O planejamento, a organização e a coordenação das ações de enfermagem no trabalho devem ter como foco a prevenção de doenças ocupacionais e a promoção da saúde, visando garantir a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.
- (D) A coordenação dos serviços de enfermagem deve ser desvinculada dos programas de saúde e segurança do trabalhador, priorizando apenas a gestão de recursos materiais.
- (E) A avaliação da assistência de enfermagem ocupacional deve ser realizada apenas quando ocorrerem acidentes graves, sem necessidade de acompanhamento regular dos programas de saúde.

55. Marque a opção que descreve corretamente as funções e responsabilidades do enfermeiro do trabalho dentro do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de acordo com a regulamentação da Norma Regulamentadora NR-7.

- (A) Realizar exames médicos periódicos e elaborar laudos de aptidão para o trabalho, sem avaliar a relação das condições de trabalho com a saúde dos trabalhadores.
- (B) Controlar apenas a documentação administrativa do PCMSO, sem envolvimento direto com os exames médicos e o monitoramento da saúde dos trabalhadores.
- (C) Exercer funções exclusivamente de enfermagem clínica, sem necessidade de aplicar as normas do PCMSO para os trabalhadores.
- (D) Atuar na gestão de riscos ocupacionais, coordenando medidas preventivas para evitar o surgimento de doenças profissionais, dentro do escopo do PCMSO.
- (E) Supervisionar a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), sem realizar a análise dos riscos ocupacionais relacionados ao ambiente de trabalho.

56. Assinale a alternativa que melhor descreve a responsabilidade ética e legal do enfermeiro do trabalho no atendimento à saúde do trabalhador, considerando a legislação vigente e os princípios de ética profissional.

- (A) O enfermeiro do trabalho deve agir apenas de acordo com os interesses do empregador, sem levar em conta os direitos do trabalhador.
- (B) O enfermeiro do trabalho pode tomar decisões independentes, sem a necessidade de seguir os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- (C) As responsabilidades legais do enfermeiro do trabalho são limitadas à administração de medicamentos e ao fornecimento de atendimentos emergenciais, sem envolvimento com prevenção de doenças.
- (D) O enfermeiro do trabalho não tem responsabilidades legais, uma vez que seu papel é apenas atuar como auxiliar dos médicos do trabalho.
- (E) A ética profissional exige que o enfermeiro do trabalho preste cuidados à saúde dos trabalhadores, respeitando os direitos e deveres tanto do trabalhador quanto do empregador, sempre de acordo com a legislação trabalhista e de saúde.

57. Indique o item que descreve corretamente a função da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) no contexto das normas de segurança do trabalho, especialmente sob a responsabilidade do enfermeiro do trabalho.

- (A) A CIPA tem como única função gerenciar os afastamentos médicos dos trabalhadores, sem se envolver com a prevenção de acidentes ou a promoção da saúde.
- (B) A CIPA tem a responsabilidade exclusiva de fiscalizar as condições de trabalho, sem a participação ativa dos profissionais de saúde, como o enfermeiro do trabalho.
- (C) A CIPA deve ser composta por representantes dos trabalhadores e empregados, com a participação do enfermeiro do trabalho, que atua no planejamento e execução de ações de prevenção de acidentes e promoção da saúde no ambiente laboral.
- (D) A CIPA é formada apenas por médicos do trabalho, não sendo necessária a atuação do enfermeiro no processo de prevenção.
- (E) O enfermeiro do trabalho deve fornecer atendimentos emergenciais, mas não tem envolvimento nas atividades da CIPA relacionadas à prevenção de acidentes.

58. Assinale a alternativa que indica corretamente a atuação do enfermeiro do trabalho na implementação das normas de segurança estabelecidas pela NR-10, especialmente em relação à saúde dos trabalhadores expostos a riscos elétricos.

- (A) O enfermeiro do trabalho tem a responsabilidade de garantir que os trabalhadores recebam treinamentos regulares sobre os riscos elétricos, além de realizar exames de saúde relacionados à exposição a esses riscos.
- (B) O enfermeiro do trabalho deve apenas fornecer primeiros socorros em caso de acidente elétrico, não sendo responsável pelas práticas preventivas.
- (C) A atuação do enfermeiro do trabalho é limitada à supervisão dos serviços médicos após um acidente elétrico, sem envolvimento com a segurança elétrica preventiva.
- (D) O enfermeiro do trabalho é responsável apenas pela avaliação de acidentes elétricos, sendo a prevenção de responsabilidade exclusiva dos engenheiros de segurança.
- (E) O enfermeiro do trabalho deve fiscalizar as condições de instalação elétrica no ambiente de trabalho e tomar medidas para eliminar todos os riscos relacionados.

59. Identifique a alternativa que melhor caracteriza a função do enfermeiro do trabalho em relação à implementação e acompanhamento das normas de ergonomia no ambiente laboral, conforme a NR-17.

- (A) O enfermeiro do trabalho não tem atuação direta na aplicação da NR-17, uma vez que as normas de ergonomia são responsabilidades apenas dos engenheiros e ergonomistas.
- (B) O enfermeiro do trabalho apenas realiza exames periódicos nos trabalhadores, sem interferir nas condições de ergonomia do posto de trabalho.
- (C) A função do enfermeiro do trabalho na ergonomia é apenas fornecer dicas sobre postura, sem realizar avaliações ou propor ajustes no ambiente de trabalho.
- (D) O enfermeiro do trabalho deve colaborar com a identificação e análise dos riscos ergonômicos no ambiente de trabalho, além de implementar programas de prevenção de doenças e lesões relacionadas.
- (E) O enfermeiro do trabalho só deve agir quando os trabalhadores apresentarem sintomas de doenças ocupacionais relacionadas à ergonomia, sem envolvimento na prevenção.

60. Assinale a alternativa que descreve corretamente a atuação do enfermeiro do trabalho em relação às normas de biossegurança e saúde estabelecidas pela NR-32, particularmente em ambientes que envolvem o manuseio de materiais biológicos.

- (A) O enfermeiro do trabalho deve garantir que todos os trabalhadores sigam as diretrizes da NR-32, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apropriados e implementando protocolos de biossegurança no ambiente de trabalho.
- (B) O enfermeiro do trabalho é responsável apenas por fornecer atendimento emergencial a trabalhadores que sofreram exposições a agentes biológicos, sem envolvimento nas práticas preventivas.
- (C) A NR-32 é aplicável apenas em hospitais e clínicas, não sendo necessária a atuação do enfermeiro do trabalho em outros setores.
- (D) O enfermeiro do trabalho deve monitorar os trabalhadores expostos a riscos biológicos, mas não é responsável pela implementação de políticas de biossegurança.
- (E) O enfermeiro do trabalho pode ignorar os protocolos de biossegurança, desde que a exposição a materiais biológicos seja considerada de baixo risco.

61. Tendo por base as diretrizes de vigilância da saúde do trabalhador, identifique a alternativa que melhor descreve o papel do enfermeiro do trabalho na promoção da saúde e prevenção de doenças ocupacionais.

- (A) O enfermeiro do trabalho é responsável apenas por aplicar tratamentos curativos aos trabalhadores, não participando de ações de vigilância ou prevenção.
- (B) O enfermeiro do trabalho deve coletar dados epidemiológicos, monitorar as condições de saúde dos trabalhadores e implementar ações de prevenção para evitar doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.
- (C) O enfermeiro do trabalho realiza apenas exames de rotina e verifica o uso de EPIs pelos trabalhadores, sem se envolver em programas de saúde coletiva ou vigilância.
- (D) A vigilância da saúde do trabalhador é uma responsabilidade exclusiva dos médicos, não necessitando de ação do enfermeiro do trabalho.
- (E) O enfermeiro do trabalho deve focar exclusivamente na promoção de saúde mental no ambiente de trabalho, não estando envolvido em questões relacionadas a doenças ocupacionais.

62. No ambiente laboral, a atuação do enfermeiro do trabalho é essencial para a promoção da saúde e a proteção específica dos trabalhadores. Suas atividades incluem a identificação e mitigação de riscos ocupacionais, a realização de programas educativos, a implementação de medidas preventivas e a participação em políticas de saúde e segurança. Tendo por base o exposto, marque o item que informa corretamente uma estratégia utilizada pelo enfermeiro do trabalho para a promoção da saúde e proteção específica no ambiente laboral.

- (A) Aplicação de medidas individuais, como afastamento do trabalhador adoecido, sem necessidade de ações coletivas preventivas.
- (B) Implementação de programas educativos sobre saúde ocupacional, incluindo prevenção de doenças e promoção do bem-estar no ambiente de trabalho.
- (C) Restrição da atuação do enfermeiro do trabalho a atendimentos clínicos emergenciais, sem participação em programas de prevenção.
- (D) Adoção de estratégias de promoção da saúde apenas em casos de doenças ocupacionais já diagnosticadas.
- (E) Substituição da necessidade de programas de saúde pela simples distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

63. Identifique a alternativa que designa corretamente o papel do enfermeiro do trabalho na implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) em empresas com serviços de saúde ocupacional.

- (A) O enfermeiro do trabalho deve garantir que os resíduos sejam descartados apenas no final do expediente, sem necessidade de separação prévia.
- (B) O enfermeiro do trabalho não tem envolvimento com a gestão de resíduos, pois essa é uma responsabilidade exclusiva do setor administrativo.
- (C) O enfermeiro do trabalho deve assegurar o correto manejo dos resíduos de saúde, incluindo segregação, armazenamento e descarte conforme as normas sanitárias.
- (D) O PGRSS não se aplica a unidades de saúde ocupacional, sendo exigido apenas em hospitais e clínicas de grande porte.
- (E) A implementação do PGRSS pode ser flexibilizada de acordo com as condições financeiras da empresa, sem necessidade de seguir padrões normativos.

64. Identifique a alternativa que contenha as principais funções do enfermeiro do trabalho na formulação e execução de Programas de Saúde do Trabalhador.

- (A) Atuar exclusivamente no atendimento clínico, sem envolvimento na formulação de programas de saúde ocupacional.
- (B) Monitorar apenas trabalhadores que apresentam sintomas de doenças ocupacionais, sem participação na prevenção.
- (C) Criar campanhas de saúde apenas quando houver aumento significativo de afastamentos por doença.
- (D) Desenvolver políticas de saúde ocupacional que incluam ações de prevenção, vigilância epidemiológica e promoção da saúde.
- (E) Executar atividades de saúde ocupacional sem necessidade de articulação com outros profissionais da equipe multiprofissional.

65. Assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto a ser seguido pelo enfermeiro do trabalho diante de um trabalhador que sofreu exposição ocupacional à material biológico.

- (A) Encaminhar o trabalhador diretamente para afastamento, sem necessidade de avaliação do risco.
- (B) Aplicar medidas de controle apenas se houver sinais clínicos de infecção após a exposição.
- (C) Orientar o trabalhador a lavar o local afetado com água e sabão, avaliar o risco de transmissão e, se necessário, iniciar a profilaxia pós-exposição.
- (D) Exigir que o trabalhador realize exames laboratoriais apenas após o aparecimento de sintomas.
- (E) Adotar conduta expectante, sem necessidade de intervenção imediata.

66. A investigação de agravos à saúde do trabalhador é essencial para a identificação de riscos e a implementação de medidas preventivas no ambiente ocupacional. Desse modo, podemos considerar que um dos principais métodos utilizados pelo enfermeiro do trabalho para investigar agravos à saúde do trabalhador é:

- (A) realização de inspeções periódicas no ambiente de trabalho e análise de condições que possam gerar riscos à saúde.
- (B) aplicação de exames laboratoriais aleatórios sem necessidade de correlação com os riscos ocupacionais.
- (C) monitoramento exclusivo dos trabalhadores afastados por doença ocupacional, sem avaliação de outros funcionários.
- (D) investigação de agravos à saúde apenas quando há queixas formais dos trabalhadores.
- (E) atuação restrita à análise de prontuários, sem necessidade de contato direto com os trabalhadores.

67. A atuação do enfermeiro do trabalho envolve não apenas a promoção da saúde ocupacional, mas também a observância de princípios éticos que garantem a segurança e o bem-estar dos trabalhadores. Tendo por base o exposto, marque o item que informa corretamente uma das principais responsabilidades éticas do enfermeiro do trabalho.

- (A) Compartilhar informações médicas dos trabalhadores com os gestores da empresa sem necessidade de consentimento.
- (B) Realizar exames médicos ocupacionais apenas quando exigido por auditorias externas.
- (C) Priorizar o interesse da empresa sobre a proteção da saúde do trabalhador.
- (D) Garantir a confidencialidade das informações de saúde dos trabalhadores e respeitar os princípios do sigilo profissional.
- (E) Aplicar medidas de segurança apenas quando houver solicitação formal dos trabalhadores.

68. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) desempenha um papel fundamental na promoção da segurança e saúde no ambiente de trabalho, contando com o apoio técnico do enfermeiro do trabalho para a implementação de medidas preventivas. Assinale a alternativa que contenha as principais funções do enfermeiro do trabalho no apoio às atividades da CIPA.

- (A) Determinar a aplicação de sanções disciplinares aos trabalhadores que descumprirem as normas de segurança.
- (B) Gerenciar exclusivamente a documentação administrativa da CIPA.
- (C) Atuar apenas no atendimento aos trabalhadores acidentados, sem participação em ações preventivas.
- (D) Elaborar o regimento interno da CIPA sem necessidade de interação com os trabalhadores.
- (E) Auxiliar na identificação de riscos ocupacionais e propor medidas preventivas para reduzir acidentes no ambiente de trabalho.

69. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem como objetivo a prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de agravos à saúde relacionados ao trabalho, exigindo a atuação do enfermeiro do trabalho na sua execução e monitoramento. Identifique a correta caracterização das responsabilidades do enfermeiro do trabalho na implementação do PCMSO.

- (A) Auxiliar na execução dos exames médicos ocupacionais e no acompanhamento da saúde dos trabalhadores.
- (B) Realizar exames clínicos e emitir laudos médicos sem a supervisão de um médico do trabalho.
- (C) Atuar exclusivamente na supervisão de medidas administrativas do PCMSO, sem contato direto com os trabalhadores.
- (D) Aplicar as diretrizes do PCMSO apenas quando houver auditoria externa.
- (E) Elaborar o PCMSO de forma independente, sem necessidade de participação de outros profissionais da saúde.

70. A NR 32 estabelece diretrizes sobre biossegurança, com o objetivo de prevenir riscos relacionados à exposição a agentes biológicos. No contexto do enfermeiro do trabalho, suas responsabilidades incluem a implementação de medidas de proteção, controle e vigilância nos ambientes ocupacionais. Desse modo, podemos considerar que uma das principais responsabilidades do enfermeiro do trabalho, segundo a NR-32, é:

- (A) garantir que todos os trabalhadores sejam exclusivamente vacinados contra doenças infecciosas, sem a necessidade de outros tipos de medidas de segurança.
- (B) implementar e supervisionar medidas de controle de infecção, promovendo a proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho.
- (C) aconselhar os trabalhadores a utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apenas em situações emergenciais.
- (D) realizar exames laboratoriais periódicos em todos os trabalhadores, independentemente da exposição a agentes biológicos.
- (E) permitir o manuseio de materiais biológicos apenas com supervisão de médicos do trabalho, sem a necessidade de treinamento adicional para os trabalhadores.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

PROPOSTA I

Criado no século XX, o conceito de medicina preventiva surgiu com o intuito de mudar a prática médica, que antes disso era focada somente no tratamento de patologias. A especialidade tem como objetivo principal evitar o desenvolvimento de doenças, bem como reduzir os impactos de eventuais problemas na saúde dos pacientes e, assim, oferecer uma melhor qualidade de vida para aqueles que estão realizando algum tipo de recurso terapêutico. Portanto, diante da discussão apresentada, leia os textos motivadores a seguir para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A importância da medicina preventiva para a saúde do homem no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTOS MOTIVADORES**Texto I****O TABU DA SAÚDE DO HOMEM**

“O homem sempre foi visto pela sociedade como um ser forte e inabalável, aquele que é invulnerável, que não pode expressar suas emoções ou sentimentos. Tais conceitos criados sobre essa população podem ter sido um dos principais fatores para interferir nos cuidados com a sua saúde. Segundo Cavalcanti e colaboradores (2014), esses preceitos históricos em relação à masculinidade fazem com que estes não deem o devido valor à sua saúde e, muito menos, na prevenção de doenças.

Esse contexto da não preocupação com a prevenção é nítido ao avaliar determinados dados em que é demonstrado que o homem só procura o serviço de saúde nos níveis de atenção secundário e terciário, principalmente. Por meio dessa característica é notável que a população masculina procura um atendimento de saúde quando a situação se agravou. Os momentos de procura pelos atendimentos dos serviços de saúde pelos homens são bem diferentes das mulheres, pois eles se concentram na assistência a agravos e doenças, ou seja, em geral, acontece em situações extremas de emergência e/ou em nível especializado ou de urgência.

Entretanto, esse paradigma do “sexo forte” é quebrado ao ser feita uma análise de estudos dos últimos anos. Segundo o Ministério da Saúde, entre os anos de 2014 e 2024, nas taxas de mortalidade registradas de pessoas na faixa etária de 20 a 59 anos, predominou o sexo masculino, principalmente por causas externas, doenças do aparelho circulatório e neoplasias. Já em relação às internações, prevaleceram nessa população as causas por lesões e eventos externos, seguido por doenças do aparelho circulatório e respiratório. Segundo o INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva), em 2023, as causas de mortalidade nos homens, devido ao câncer de próstata, foram de 13,3%, ficando atrás apenas do de traqueia e pulmão.

ROZA, G. A. *O tabu da saúde do homem*. *Jornal de Ciências Biomédicas e Saúde*, Uberaba/MG, v.4, n.3, 2024. Adaptado.

Texto II

NOVEMBRO AZUL: UMA HISTÓRIA CONTRA TABUS

Com Arnaldo Cezar Coelho, ex-árbitro de futebol à frente, campanha de prevenção ao câncer de próstata em 2018 aumentou, àquela época, o número de prevenções nos consultórios.



A REGRA É CLARA:
TODO HOMEM A PARTIR DOS
50 ANOS* DEVE REALIZAR
OS EXAMES PARA O
DIAGNÓSTICO PRECOCE
DO CÂNCER DE PRÓSTATA.

A VIDA NÃO É UM JOGO.
A cada ano, mais de 13 mil homens morrem
no Brasil em decorrência do câncer de próstata,
uma doença que tem até 90% de chance de cura
caso seja descoberta no início. Só em 2018,
o País deverá registrar 68 mil novos casos
deste tipo de câncer, o equivalente a um
estádio de futebol lotado.

NOVEMBRO AZUL
UMA CAMPANHA DO INSTITUTO
LADO A LADO PELA VIDA

Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/novembro-azul-uma-historia-sem-tabus>. Acesso em: 16 fev. 2025. Adaptado.

PROPOSTA II

Estudiosos afirmam que o ser humano tem uma necessidade natural em se conectar com o outro. A ideia é permitir a transmissão de suas percepções, de modo a imortalizá-las e perpetuá-las nos demais. Em cada tempo, isso aconteceu de forma única, e hoje ocorre, por meio da internet, ferramenta de fácil uso e acesso. Entretanto, essa ansiedade em compartilhar pode nos levar à superexposição nas redes sociais. Mesmo os mais experientes não estão prontos para lidar com as consequências de suas postagens virtuais, e essa situação é ainda mais agravante e danosa quando se trata de crianças e adolescentes. Portanto, diante da discussão apresentada, leia os textos motivadores a seguir para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I



Disponível em: <https://bomdiasc.com.br/educacao/curso-de-publicidade-e-propaganda-da-unoesc-desenvolve-campanha-sobre-o-uso-seguro-da-internet-para-criancas/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Texto II

VAI À CÂMARA PROJETO DE LEI QUE VISA À PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES DIGITAIS

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) aprovou nesta quarta-feira (27), em dois turnos de votação, o projeto de lei que visa proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais. O PL 2.628/2022 agora seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário.

Com regras para redes sociais, aplicativos, sites, jogos eletrônicos, softwares, produtos e serviços virtuais, o projeto determina que os provedores criem mecanismos para verificar a idade dos usuários, impõe supervisão do uso da internet pelos responsáveis, obriga provedores de internet e fornecedores de produtos a criar sistemas de notificação de abuso sexual e a oferecer configurações mais protetivas quanto à privacidade e à proteção de dados pessoais, entre outras medidas.

O texto obriga todos os produtos e serviços de tecnologia a ter mecanismos para impedir, ativamente, o uso por crianças e adolescentes quando não tiverem sido desenvolvidos para esse público ou quando não forem adequados a ele. Esses fornecedores deverão tomar providências para prevenir e mitigar práticas como *bullying*, exploração sexual e padrões de uso que possam incentivar vícios e transtornos diversos.

A disponibilização de mecanismos de controle parental, para impedir a visibilidade de determinados conteúdos, limitar a comunicação direta entre adultos e menores de idade e restringir o tempo de uso, será outra obrigação imposta a esses serviços e produtos.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/27/vai-a-camara-protacao-de-criancas-e-adolescentes-em-ambientes-digitais>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	